

EDITORIAL: Dossiê Memórias Adormecidas: Traumas, Silêncios e Apagamentos

Inês Virgínia P. Soares¹

José Ricardo Oriá Fernandes²

"A memória, na qual cresce a história, que por sua vez a alimenta, procura salvar o passado para servir ao presente e ao futuro. Devemos trabalhar de forma que a memória coletiva sirva para a libertação e não para a servidão dos homens"
(Jacques Le Goff. *História e Memória*. 7ª ed. revista. Campinas. SP: Editora da Unicamp, 2013, p. 437)

○ **Dossiê Memórias Adormecidas: Traumas, Silêncios e Apagamentos** visa discutir a relação entre políticas de memória e de proteção dos direitos humanos no Brasil, especialmente de minorias e grupos minorizados. Esta relação, que já é desafiadora em situações de normalidade democrática, tornou-se mais complexa no quadriênio de 2019-2022, quando o país teve um governo federal que promoveu o negacionismo histórico em relação ao passado nefasto do regime civil-militar, ignorou as políticas culturais participativas e pautadas na diversidade e desestruturou instituições públicas

1 Possui graduação em Direito pela Universidade Federal do Ceará (1990), mestrado em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2001) e doutorado em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2007). Realizou pesquisa de pós-doutorado no Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo (2009-2010). É co-líder do Grupo de Pesquisa do CNPq Arqueologia da Repressão e da Resistência da Universidade Federal de Pelotas (UFPel). É desembargadora no Tribunal Regional Federal da 3ª Região. E-mail: inespradosoares@hotmail.com

2 Possui licenciatura plena em História pela Universidade Estadual do Ceará (1983), graduação em Direito pela Universidade Federal do Ceará (1988), mestrado em Direito Público pela Universidade Federal do Ceará (1995), doutorado em Educação pela Universidade de São Paulo (2009), especialista em Gestão e Política Cultural pela Universidade de Girona-Espanha (2013). Realizou estágio de pós-doutorado junto ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense (2017). Foi consultor legislativo da área de educação e cultura- Câmara dos Deputados (1994-2023). É membro da diretoria do Instituto Brasileiro de Direitos Culturais (IBDCULT). E-mail: jricardo.oria@gmail.com

responsáveis pela proteção e promoção da cultura e por ações para garantia de direitos a grupos vulneráveis.

O projeto deste dossiê foi desenhado e iniciado em 2022, quando não se sabia se haveria mudança de governante no âmbito federal. A instabilidade democrática do período realçava a urgência de publicações voltadas à reflexão sobre ações efetivas para valorização da igualdade, da diversidade cultural e do combate ao racismo e a outras formas de discriminação a partir da reflexão sobre a importância da memória coletiva para a consolidação de um presente mais diverso e inclusivo, com aportes para um futuro menos desigual e mais justo.

Em 2023, com o retorno de uma gestão federal comprometida com práticas democráticas e com estabelecimento de pastas ministeriais aptas a desenhar e executar políticas públicas socioculturais, a certeza da importância deste dossiê se consolidou com um misto de esperança e espanto. Esperança, pela possibilidade de resgate das instituições públicas comprometidas com a temática; e espanto, pela barbárie do 8 de janeiro de 2023 protagonizada pela turba que destruiu bens públicos na Praça dos Três Poderes em Brasília.

Neste dossiê, são analisadas experiências de patrimonialização, de exibição do passado e de transmissão de saberes e conhecimentos no cenário brasileiro, a partir de memórias (des)construídas com base em práticas de dominação e de violência no passado colonial, no período escravocrata, no regime ditatorial (1964-1985), na persistência da discriminação por raça, classe social, orientação sexual. Dialogam com esses textos, outros que expõem a fragilidade, o despreparo ou a falta de compromisso do Poder Público com a memória coletiva, tanto quando esta serve para conhecimento do passado, como quando se apresenta como mecanismo de reparação de situações traumáticas, para que nunca mais a violação se repita.

Ao abordar um mosaico de memórias em disputas - memórias traumáticas, silenciadas, apagadas, memórias que resistem e ocupam espaços públicos, apesar de indesejadas ou desprezadas, os autores e as autoras, sem

esquecer que a potencialidade da memória coletiva para a identidade cultural brasileira, apresentam, neste dossiê, os desafios e os avanços das políticas de memória no Brasil, oferecendo aportes teóricos para o debate qualificado sobre ações e iniciativas no campo memorial e de produção cultural.

Na leitura ou produção de novas pesquisas ou de novos olhos sobre estudos consolidados, há sempre um espaço para a transformação da realidade. Em nosso tema, nas memórias adormecidas, silenciadas, apagadas, há duas mulheres que tentam, de maneira excepcional, transformar a realidade pela valorização da memória ancestral: a antropóloga luso-brasileira Manuela Carneiro da Cunha e a arqueóloga franco-brasileira Niède Guidon.

Manuela e Niède aliaram seu qualificado aporte teórico sobre a ancestralidade brasileira à atuação resistente e persistente para que nossas origens não sejam esquecidas, e também para que sejam compreendidas e valorizadas. Em diferentes campos de atuação profissional, essas duas mulheres se dedicam há mais de cinco décadas ao estudo e pesquisa de nossa ancestralidade indígena e negra e à preservação dos primeiros registros arqueológicos no território brasileiro. Além de gigantes nos assuntos sobre os quais pesquisam e escrevem, Manuela e Niède se destacam por sua militância teimosa. Graças à Niède, temos o Parque Nacional da Serra da Capivara, reconhecido pela UNESCO Patrimônio Cultural da Humanidade; graças à Manuela, os povos indígenas (e também os não indígenas) encontram inspiração e subsídios teóricos para continuar a luta por dignidade e demarcação de seus territórios.

Este dossiê presta uma homenagem à Manuela Carneiro da Cunha e à Niède Guidon que em 2023 completam, respectivamente, 80 e 90 anos de vida. É também dedicado ao público leitor, com nosso desejo de que cada artigo desta publicação seja um antídoto contra ações e políticas de esquecimento, contribuindo para o aprofundamento no tema da memória coletiva que, de tão enraizado em nossas vidas, pessoais e profissionais, acaba, muitas vezes, não lembrado. E, como nos mostram cotidianamente Manuela e Niède, na arena brasileira, não podemos deixar de lembrar nem de cobrar do Estado políticas

públicas efetivas para esse exercício da lembrança. Tampouco podemos fazer de conta que esquecemos o passado atroz. Como diz a canção de Chico Buarque, a fantasia seria “se a gente não sentisse a dor que a gente finge e sente”.